



Septiembre 2019 - ISSN: 2254-7630

PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL 00: ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM UMA UNIVERSIDADE NO INTERIOR DA AMAZÔNIA

ACCOUNTING FOREWORD 00: ANALYSIS OF KNOWLEDGE LEVEL OF ACCOUNTING SCIENCE STUDENTS IN A UNIEVRSITY INSIDE THE AMAZON

Mário César Sousa de Oliveira¹
Tamires Pereira Aguiar²
Francisco Igo Leite Soares³
Glauce Vitor da Silva⁴
Victoria Miranda Machado⁵

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Mário César Sousa de Oliveira, Tamires Pereira Aguiar, Francisco Igo Leite Soares, Glauce Vitor da Silva y Victoria Miranda Machado (2019): "Pronunciamento contábil 00: análise do nível de conhecimento dos discentes do curso de ciências contábeis em uma universidade no interior da Amazônia", Revista Caribeña de Ciencias Sociales (septiembre 2019). En línea

<https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/09/nivel-conhecimento-discentes.html>

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa foi analisar o nível de conhecimento dos acadêmicos em Ciências Contábeis de uma universidade pública localizada no sudeste paraense acerca do conteúdo do Pronunciamento Conceitual Básico. Para o desenvolvimento desse trabalho foi utilizado e aplicado questionário *in loco* para a coleta de dados nas turmas que já haviam cursado a disciplina Teoria da Contabilidade. Os resultados obtidos demonstraram que maior parte dos discentes/respondentes não possui conhecimento satisfatório sobre a Estrutura Conceitual Básica, haja vista que independente da atividade econômica da empresa as demonstrações contábeis devem ser elaboradas e apresentadas conforme conceitos exigidos e evidenciados na Estrutura Conceitual Básica.

Palavras-chave: CPC 00, Ensino-Aprendizagem, Discentes em Ciências Contábeis, Teoria da Contabilidade, Estrutura Conceitual Básica.

¹ Mestre em Gestão Pública - UFPE. Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA. Endereço: Rua Rio Grande do Sul, S/N, Centro, Rondon do Pará/PA Brasil. E-mail: mcesar@unifesspa.edu.br

² Bacharelada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA. Endereço: Rua Rio Grande do Sul, S/N, Centro, Rondon do Pará/PA Brasil. E-mail: tamiresaguiar@unifesspa.edu.br

³ Mestre em Engenharia de Petróleo e Gás - UnP/RN. Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Endereço: Rua Pedro Vicente, nº 270, Luanda, Alenquer/PA, Brasil. E-mail: francisco.soares@ufopa.edu.br

⁴ Mestra em Ciências Ambientais pela UEPA-PA. Docente da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Endereço: Rua Pedro Vicente, nº 270, Luanda, Alenquer/PA, Brasil. E-mail: glauce.silva@ufopa.edu.br

⁵ Graduanda no curso de Administração pela Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa, Campus Alenquer e bolsista de iniciação científica (PIBIC) no projeto de pesquisa: Gestão Financeira e de Custos para Micro e Pequenas Empresas. Endereço: Rua Pedro Vicente, nº 270, Luanda, Alenquer/PA, Brasil. E-mail: victoria.machado@ufopa.edu.br

ABSTRACT

The objective of the present research was to analyze the level of knowledge of accounting students from a public university located in southeastern Pará about the content of the Basic Conceptual Pronouncement. For the development of this work a questionnaire was used and applied to collect data in the classes that had already attended the discipline Theory of Accounting. The results showed that most students / respondents do not have satisfactory knowledge about the Basic Conceptual Structure, since regardless of the company's economic activity the financial statements must be prepared and presented according to the required concepts and evidenced in the Basic Conceptual Structure.

Keywords: CPC 00, Teaching-Learning, Students in Accounting, Accounting Theory, Basic Conceptual Structure.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é considerada a linguagem universal dos negócios (IUDICIBUS; MARTINS; GELBCKE; SANTOS, 2013). Por intermédio de suas informações é que seus usuários tomam as decisões precisas, as quais podem influenciar diretamente em suas demonstrações financeiras. Além de ser uma ciência social, a contabilidade também se tornou uma ferramenta indispensável no mundo dos negócios. Pois, suas informações são o alicerce para a tomada de decisão no cenário econômico-financeiro nacional e internacional e tais informações devem ser úteis para atender as necessidades de seus usuários.

Com o impacto da globalização, a contabilidade e suas técnicas tornaram-se padronizadas em diversos países, assim os relatórios contábeis passaram a ser elaborados e divulgados de maneira padrão, seguindo uma linguagem universal, no que se refere às normas internacionais. Especialmente, no Brasil, a nova “Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 11.638/07”, pode ser considerada a “porta de acesso” para a convergência aos padrões internacionais.

Seguindo essa tendência, porém, em um viés mais acadêmico, o artigo 5º da Resolução CNE/CES 10/2004, determina que as matrizes curriculares dos cursos superiores em Ciências Contábeis, devem apresentar conteúdos referentes ao conhecimento do cenário econômico e financeiro, tanto nacional quanto internacional, proporcionando a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais (BRASIL, 2004).

Através da Resolução do CFC nº 1.005/05, foi instituído em 2015 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, órgão responsável por emitir as normas contábeis produzidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*), coordenando o processo de convergência das normas contábeis do Brasil, às normas internacionais.

Entre os CPC's emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, destaca-se o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00), o qual institui a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Conforme o seu enunciado, as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral (investidores, financiadores, governo, etc.) atendendo às suas finalidades distintas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias, por exemplo, podem determinar especificamente exigências para atender a seus próprios interesses. Todavia essas exigências, não devem afetar as demonstrações contábeis elaboradas segundo esta Estrutura Conceitual (CPC, 2017).

Mediante esse contexto, percebe-se que independentemente da atividade econômica da empresa, suas demonstrações contábeis devem ser elaboradas e apresentadas conforme as normas exigidas e evidenciadas na Estrutura Conceitual Básica. Para tanto, justifica-se a necessidade de discussão acerca da temática, haja vista sua relevância na carreira profissional egresso. Ante do exposto, a pesquisa busca responder a seguinte questão-problema: Os discentes em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará compreendem o contexto técnico/teórico do CPC 00?

Desta forma, a referida pesquisa tem como objetivo avaliar o nível de conhecimento dos discentes do curso de ciências contábeis da referida universidade sobre ao CPC 00, visto que, após publicação da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de Setembro de 2016, revogou-se a Resolução CFC n.º 750/1993 que estabelecia os Princípios da Contabilidade.

Além disso, o presente trabalho apresenta a perspectiva dos discentes, identificando o seu nível de conhecimento acerca do CPC 00 obtidos através do ensino-aprendizagem que contribui de maneira significativa na compreensão da Estrutura Conceitual Básica.

Em pesquisas bibliográficas alusivas ao tema, foram encontrados alguns trabalhos de estudos em diversas universidades brasileiras referente ao nível de conhecimento ou perspectivas de discentes de ciências contábeis, tais como Santos, Carneiro e Santana (2009), Pereira (2011), Oliveira *et al* (2014), Costa, Nunes e Marques (2014) e Jesus (2016).

A relevância desse estudo dá-se ao pioneirismo deste trabalho no estado do Pará, haja vista que após pesquisas bibliográficas, constatou-se que não há nenhuma pesquisa acerca do tema no referido estado.

O artigo é composto por cinco seções. Após essa introdução é apresentada seção que contém a fundamentação teórica. A terceira exhibe os procedimentos metodológicos utilizados, a quarta evidencia a análise e discussão dos resultados e, por fim, na quinta seção apresentam-se as considerações finais. Além de tais seções, são apresentadas as referências bibliográficas que embasaram a realização da pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Contabilidade

A Contabilidade surgiu no processo da civilização dos povos, e foi ganhando cada vez mais consistência a partir do momento em que o homem deixou de ser nômade, e passou a utilizar a terra para agricultura e criação de animais. Diante desse feito, surge então a necessidade do homem em controlar o seu patrimônio.

Há algumas passagens na Bíblia que citam a contabilidade, fazendo alusão a forma como era utilizada para controle dos bens. Podemos encontrá-la em Gênesis (41:49) “José armazenou trigo como areia do mar: a quantidade era tal que se renunciou a medi-lo, porque ultrapassava qualquer medida”. No livro Jó (1:3) descreve o seu patrimônio, bem como a quantidade de empregados que o mesmo possuía. No Evangelho de Lucas (16:1-13), se faz uma abordagem sobre a fraude contábil feita pelo administrador ao seu patrão (GIMENEZ e OLIVEIRA, 2011).

Pereira (2013) evidencia que foi no período medieval que a contabilidade ganhou força. Nessa época a igreja católica tinha um forte predomínio, e impulsionou a contabilidade como um instrumento de controle da acumulação de suas riquezas. Foi nesse período que o Frei Luca Pacioli (1494) desenvolveu e apresentou o método das partidas dobradas. A partir deste feito, Pacioli ficou conhecido como o “pai da Contabilidade”.

De acordo com Volnei, *et al* (2007) a contabilidade acompanhou o processo de desenvolvimento do ser humano e da sociedade. Com os aspectos de uma ciência social aplicada, evolui conforme as necessidades de informações exigidas pelos seus usuários.

Por ser uma ciência social tem como finalidade estudar e controlar os fatos que podem influenciar nas situações financeiras e econômicas de uma organização. As informações geradas pela contabilidade permitem manter um controle do patrimônio das empresas (OLIVEIRA, 2013). É um eixo fundamental, a qual fornece informações úteis e relevantes aos seus usuários. Nesse sentido, Ribeiro (2013) afirma que os usuários das informações contábeis são sócios, administradores, investidores, fornecedores, clientes, banco, governo, etc.

O campo de atuação da contabilidade é bastante amplo. Ela abrange todas as entidades econômico-administrativas (RIBEIRO, 2013). Visando sempre atender as necessidades dos seus usuários, auxiliando nas tomadas de decisões e contribuindo de forma pertinente no destino da empresa. Assim sendo, pode-se inferir que a contabilidade tem por finalidade, fornecer informações claras, objetivas, fundamentais e necessárias no processo de tomada de decisões, que por sua vez, influencia de maneira significativa para o sucesso dos negócios.

2.2 O Processo de Convergência

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade foi fortemente estimulado pela atmosfera da globalização, fazendo com que o Brasil buscasse a consonância com que estava ocorrendo no cenário internacional pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) advindo da Europa e a FASB (*Financial Accounting Standards Board*) dos Estados Unidos.

Cada país tinha seu conjunto de normas específicas, porém, para gerar informações mais transparentes aos usuários dos mais diversos países, sentiu-se a necessidade em padronizar as informações contábeis a serem usadas em diferentes países sob a mesma perspectiva. Diante dessa circunstância, buscou-se um conjunto de normas padrão para facilitar a comunicação e minimizar as

barreiras, assim, a contabilidade e suas informações passaram a ter uma linguagem universal.

Diaconu (2007) argumenta que o processo de harmonização é influenciada por diversos fatores como cultura, política, economia e comportamentos sociológicos. O objetivo principal dessa padronização é poder propor ao mundo financeiro um modelo único de contabilidade.

Alves e Lemes (2011) evidenciaram que em 2007 a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu a Instrução CVM 57/07, a qual exigia que a partir do exercício findo de 2010, as demonstrações contábeis consolidadas das companhias abertas brasileiras seriam elaboradas e publicadas conforme IFRS. Neste mesmo ano, foi publicada a Lei nº 11.638/2007, que por sua vez, impulsionou aos poucos o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil (CELLA; MIRANDA; NIYAMA, 2011).

Freire *et al* (2012) afirmam que a contabilidade brasileira, mediante legislações específicas, passou pelo processo de convergência, através das leis 11.638/07 e 11.941/09, que alteram em parte a Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas). Com a nova legislação em vigor, a CVM passou a seguir normatização contábil com os padrões internacionais.

Nesse Contexto, o processo de convergência contábil mundial inseriu-se definitivamente no cenário brasileiro, após a obrigatoriedade de adoção das IFRS para as companhias abertas listadas na CVM no ano de 2010 (ALVES e LEMES, 2011). Em seus estudos, Alves e Lemes (2011) concluíram que o objetivo do processo de convergência foi o de inserir as práticas contábeis a uma linguagem global para uma melhor informação contábil por parte dos mercados financeiros, atraindo assim, mais investidores.

Em 2005, o Conselho Federal de Contabilidade criou através da Resolução nº 1.055/05, Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e se tornou o principal órgão brasileiro em traduzir e emitir as normas contábeis produzidas pelo IASB, o qual tem por finalidade o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos a respeito dos procedimentos de Contabilidade, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CPC, 2017).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis é composto pelos seguintes órgãos: ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas; APIMEC NACIONAL – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais; BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo; CFC – Conselho Federal de Contabilidade; FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras; e IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

2.3 Pronunciamento Contábil Básico (CPC 00)

De maneira abreviada, a contabilidade pode ser considerada como um modelo, e como tal, busca representar a real situação econômica e financeira das empresas. Cada empresa ou segmento econômico tem características peculiares, assim necessitam adotar maneiras próprias de apresentar a realidade econômica e financeira que lhes são próprias (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). Estes autores ainda afirmam que, por mais que existam modelos determinados para cada tipo de empresa e/ou segmento econômico, há uma estrutura conceitual que norteia todo o método contábil de reconhecimento, mensuração e evidenciação das demonstrações contábeis das entidades.

Entretanto, um aspecto importante a ser destacado conforme CPC 00 (2011) é que a estrutura conceitual não é considerada um Pronunciamento Técnico, devido não definir cláusulas para mensuração e divulgação de métodos, apenas constitui conceitos de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Além disso, essa estrutura conceitual não substitui nenhum outro pronunciamento técnico, interpretação ou orientação, os quais são emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Outro aspecto importante que o CPC 00 apresenta, são as definições dos principais elementos contábeis: ativo, passivo, receita e despesa assim, como as características qualitativas da informação contábil. (IUDICIBUS; MARTINS; GELBCKE; SANTOS, 2013).

Vale destacar que as demonstrações contábeis são elaboradas conforme a premissa da continuidade, pois se subentende que a entidade irá manter-se em operação por um futuro previsível, e considerando o regime de competência que reconhece as receitas e as despesas assim que ocorrem e não quando os recursos financeiros são pagos ou recebidos.

O principal foco da estrutura conceitual é a que as demonstrações contábeis, sejam elaboradas e apresentadas, tomando como referência os conceitos dessa estrutura com o objetivo de sempre fornecer informações relevantes e úteis que influenciam na tomada de decisões de seus usuários.

2.3.1 Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira Útil

O Pronunciamento Conceitual Básico aborda em seu interior as características qualitativas da informação contábil, a saber: **Características Qualitativas Fundamentais** e **Características Qualitativas de Melhoria**. A figura a seguir ilustra mais detalhadamente essas características:



Figura 1 – Características qualitativas da informação contábil
Adaptada de Martins, Miranda e Diniz (2011).

As características qualitativas fundamentais constituem-se pela: relevância e representação fidedigna e as características qualitativas de melhoria é composta pela comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e a compreensibilidade.

Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. (CPC 00, 2011).

Para ser considerada uma informação relevante, ela precisa ser capaz de fazer a diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. Além disso, deve apresentar dois aspectos, quais sejam o valor preditivo e valor confirmatório. O valor preditivo é aquele que serve para os usuários prever futuros resultados e o valor confirmatório, como o próprio nome sugere, confirma a predição dos fatos.

O item QC 12 do CPC 00 determina que para a informação contábil ser considerada de fato útil, além de ser relevante precisa representar fidedignamente a realidade dos fatos. Para a informação ser fidedigna, deve preceder três atributos: ser completa, neutra e livre de erro. Entende-se que não existe a perfeição, mas o objetivo é que esses três atributos sejam alcançados ao máximo.

Representando uma das características de melhoria temos a comparabilidade, qual permite aos usuários escolher entre alternativas que busca identificar e compreender similaridades dos itens e suas diferenças (CPC 00, 2011).

No que prescreve a verificabilidade, a informação precisa repassar confiança para que, diversos usuários possam chegar a um consenso, podendo ser direta ou indireta. A verificação direta é feita por meio de uma observação, a exemplo, temos a contagem do caixa. Já a indireta ocorre quando a verificação é feita através de um sistema, ou fórmula, como por exemplo, a contagem de estoque pelo método (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai) – PEPS.

A tempestividade é a característica de melhoria em que a informação deve estar sempre atualizada, e principalmente disponível, a tempo de influenciar no processo decisório dos *stakeholders*. Contudo, algumas informações podem ser relevantes após o encerramento do período contábil, em decorrência de seu conteúdo, como por exemplo, a necessidade de identificar e avaliar tendências.

Outra característica é a compreensibilidade, característica esta em que a qualidade da informação, deve ser apresentada com clareza e concisão, de modo que seus usuários consigam entendê-las.

2.4 Educação Superior

O objetivo da Educação Superior é a criação, desenvolvimento, difusão e a aplicação dos saberes, mais complexos e organizados construídos pela humanidade, desde a antiguidade até a pós-modernidade (SOUZA, 2012). Ainda, consoante o mesmo autor, discentes no processo de ensino-aprendizagem, buscam aprender o objeto de estudo em seus aspectos principais e gerais, em especial, objetivando avançar o debate na área e contribuir para uma melhor compreensão da realidade.

De acordo com o relatório de 2017 da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico), os diplomas de bacharel continuam sendo o diploma de ensino superior mais frequente a ser adquirido pelos graduados dos países membros. Baseado nos padrões atuais de graduação, uma média de 49% dos jovens desses países acreditam que terão acesso ao ensino superior pelo menos uma vez na vida (OCDE, 2017).

Essa concepção reforma ainda mais o papel dos docentes universitários, cuja finalidade mais aparente é transmitir conhecimentos capazes de contribuir para a formação dos novos profissionais, aptos para se inserirem, e principalmente atenderem às necessidades requeridas pelo mercado. De forma diferente, mas com entendimento semelhante, Oliveira (2000) concluiu que o conhecimento universitário é como uma mercadoria, a qual é produzida conforme os interesses de seus consumidores, visando sempre a atender às necessidades e às demandas da amplitude mercadológica.

Destarte, considerando a realidade das ciências contábeis, foi instituída a Resolução MEC CNE/CES nº 10/04 que prescreve o perfil profissional egresso. De modo em geral, esta Resolução exige o desenvolvimento de atividades na área de ensino, na formação profissional e em políticas educacionais voltadas a educação superior capaz de pensar além dos intramuros institucionais.

Para Cabral e Andrade (2019), em 2018, ano que teve início o processo de harmonização para a convergência às normas internacionais de contabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou uma proposta nacional de conteúdo para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, objetivando auxiliar os estabelecimentos de ensino na atualização dos conteúdos programáticos.

Na tentativa de estabelecer um norte sobre o percurso de formação do bacharel em contabilidade, em 2017, a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) publicou a primeira edição da Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis, elaborada com o auxílio de professores, coordenadores de curso e alunos, através de uma consulta pública realizada em 2014. Entretanto, essa é apenas uma tentativa de parametrizar o ensino, pois, as instituições têm autonomia para a elaboração de suas matrizes, que devem ser elaboradas em consonância com as legislações vigentes. (CABRAL E ANDRADE, 2019)

Para além do conhecimento sobre o percurso formativo do discente, é preciso conhecer a legislação que dá suporte à educação superior e faz parte do compromisso profissional dos educadores, dando espaço ao reconhecimento da importância e da influência da Universidade na sociedade.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Aspectos Metodológicos

A pesquisa possui caráter descritivo. Gil (2008, p. 28), prescreve que “pesquisas deste tipo, têm como objetivo primordial a descrição das características de determinado grupo ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Os dados foram coletados através de pesquisa de campo feita por meio de questionário *in loco*, o qual foi aplicado aos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

A UNIFESSPA é uma instituição de educação superior pública criada no dia 6 de junho de 2013, através da Lei Federal n.º 12.824, de 5 de junho de 2013, com sede e foro no município de Marabá-PA e com Campi fora de sede em Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguaçu (BRASIL, 2016).

Quanto à forma de abordagem do problema, a análise pode ser considerada como qualitativa. De acordo com Gil (2008) em estudos de campo os procedimentos analíticos são principalmente de natureza qualitativa.

Na presente pesquisa também foi utilizada escala *Likert* que conforme Junior e Costa (2014), “consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância”.

3.2 Levantamento dos Dados

O levantamento de dados deu-se através de um questionário com questões semiestruturadas, divididas em três blocos. O primeiro bloco contempla a identificação dos respondentes (turma que se encontra matriculado, se atua na área contábil, se pretende continuar laborando nessa área ou se ainda não atua, se deseja trabalhar no ramo da contabilidade).

O segundo bloco é composto por 03 (três) perguntas referente às informações sobre a didática aplicada pelos docentes. Neste bloco utilizou-se a escala *Likert* determinada entre 1 a 5 na escolha das alternativas sendo: 1 - Muito Ruim; 2 - Ruim; 3 - Indiferente; 4 - Bom e 5 - Muito bom.

No terceiro e último bloco, constam questionamentos referentes ao conteúdo da Estrutura Conceitual Básica (CPC 00). Foram abordadas 08 (oito) questões, sendo 06 (seis) questões com escala *Likert* delimitada de 1 a 5 na escolha das alternativas sendo: 1 Discordo Totalmente; 2 Discordo Parcialmente; 3 Indiferente; 4 Concordo Parcialmente e 5 Concordo Totalmente.

Nesse último bloco, também há 02 (duas) questões, sendo 01 (uma) para os participantes assinalarem entre quatro alternativas a resposta correta e 01 (uma) questão sobre uma situação hipotética, a qual também os participantes deveriam assinalar entre quatro alternativas aquela que contém a resposta correta.

3.3 População e Amostra

A população foi representada pelos discentes em Ciências Contábeis das turmas de 2014, 2015 e 2016 da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. Conforme Lakatos (2003, p. 223), “população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”.

Para delimitação da população foi utilizado o critério de turmas que já cursaram Teoria da Contabilidade na Ifes, visto que conforme Resolução nº 117 do CONSEPE, de 29 de março de 2017, essa disciplina deve ser ofertada no terceiro período do curso.

Para definir a população da pesquisa, utilizou-se a quantidade de alunos regularmente matriculados nas turmas de 2014, 2015 e 2016, sendo que os discentes de 2014 se encontram matriculados no 7º período da graduação, a turma de 2015 cursava o 6º período e a turma de 2016 estava matriculada no 4º período, de acordo com Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmica – SIGAA. As turmas são identificadas conforme ano ingressante.

Esses dados foram obtidos junto à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis e a partir daí aplicou-se o questionário em sala de aula com autorização do professor. Visando diminuir a arbitrariedade das respostas, a pesquisa não identificava nome dos respondentes.

A amostra da pesquisa foi obtida com a quantidade de alunos que se encontraram em sala no momento que foi aplicado o questionário. Foram invalidados 02 (dois) questionários, pois ambos apresentaram informações insuficientes que poderiam comprometer a veracidade da pesquisa em questão. O questionário foi aplicado no período de 30 de janeiro a 09 de fevereiro de 2018. A tabela a seguir descreve o total da amostra coletada:

Tabela 1 – Amostra coletada

Descrição	Quantidade
Total de alunos matriculado na turma de 2014	26
(-) Alunos ausentes	5
= Alunos respondentes da turma de 2014	21
Total de alunos matriculado na turma de 2015	27
(-) Alunos ausentes	09
= Alunos respondentes da turma de 2015	18
Total de alunos matriculado na turma de 2016	25
(-) Alunos ausentes	11
= Alunos respondentes da turma de 2016	14
TOTAL DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS	53
(-) Questionários inválidos	02
TOTAL DA AMOSTRA DA PESQUISA	51

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Perfil dos Respondentes

Foi perguntado aos entrevistados: “você atua na área contábil?”; o discente tinha três opções de respostas: “sim, no setor privado”, “sim, no setor público” e “ não”. Observa-se conforme a tabela 2 que do total de respondentes 3,92% atuam na área contábil no setor privado e 7,84% trabalham no setor público e 88,24% ainda não trabalham na área contábil.

Tabela 2 – Perspectiva dos respondentes

Descrição		Turmas			TOTAL
		2014	2015	2016	
Atua na área contábil	Sim, no setor privado. %	2 10%	0 0%	0 0%	2 3,92%
	Sim, no setor público. %	3 15%	1 5,88%	0 0%	4 7,84%
	Não %	15 %	16 94,12%	14 100%	45 88,24%
Pretende continuar laborando ou se ainda não atua, deseja trabalhar no ramo da contabilidade.	Sim, pretendo. %	17 85%	10 58,82%	11 78,57%	38 74,51%
	Não pretendo %	1 5%	2 11,76%	0 0%	3 3,92%
	Não sei informar %	2 10%	5 29,41%	3 21,43%	10 19,61%
TOTAL		20 39,22%	17 33,33%	14 27,45%	51 100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Também foi perguntado aos respondentes: “Pretende continuar laborando ou se ainda não atua, deseja trabalhar no ramo da contabilidade?”. Do total de alunos entrevistados 74,51% pretendem continuar laborando ou desejam atuar no ramo da contabilidade, já 3,92% dos respondentes não pretendem trabalhar nessa área e 19,61% responderam que não sabem informar.

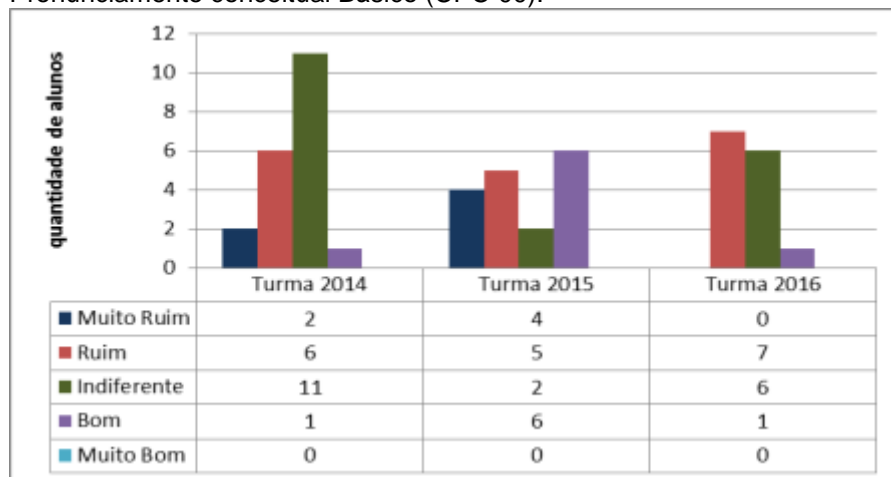
4.2 Informações Sobre a Didática Aplicada pelos Docentes

Nesse bloco, a pesquisa busca obter informações sobre a didática aplicada pelos docentes. O questionário abordou a seguinte pergunta: “Como você avalia o seu nível de conhecimento sobre o conteúdo do Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00)?”. O qual o aluno teria que marcar em uma escala que variasse de 1 a 5, onde 1 significa – Muito Ruim ; 2 – Ruim; 3 – Indiferente ; 4 – Bom e 5 – Muito bom.

Dentre os participantes da pesquisa, 8 acadêmicos responderam “muito ruim”, do qual 4 discentes são da turma de 2015, 2 discentes pertencem a turma de 2014. Dos 18 alunos que responderam “ruim”, 6 pertencem a turma de 2014, 05 são da turma de 2015 e 7 são da turma de 2016.

Responderam indiferente um total de 18 alunos, sendo 11 da turma de 2014, 2 da turma de 2015 e 6 discentes da turma de 2016. Somente 8 alunos responderam “bom”, sendo 1 aluno da turma de 2014, 6 da turma de 2015 e 1 da turma de 2016. Nenhum discente avaliou esse quesito como “muito bom”, como descreve o gráfico 1.

Gráfico 1 – Avaliação do nível de conhecimento sobre o conteúdo do Pronunciamento conceitual Básico (CPC 00).



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Com base no gráfico acima, 11,76% dos participantes da pesquisa responderam que foi “muito ruim”, enquanto 43,14% responderam “ruim”. Dentre os entrevistados, 37,25% responderam “indiferente” e 15,65% consideram “bom”.

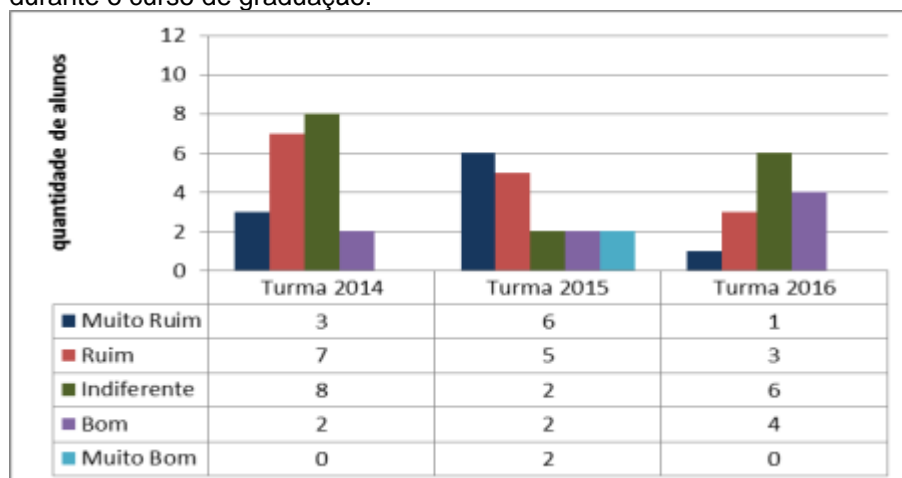
Foi abordado no questionário: “Como você avalia o nível de discussão do contexto do CPC 00 em sala de aula durante o curso de graduação?”. Nessa questão, 10 alunos responderam “muito ruim”, sendo 3 discentes da turma de 2014, 6 discentes da turma de 2015 e 1 discente da turma de 2016.

Um total de 15 alunos consideraram “ruim”, do qual 7 são da turma de 2014, 5 alunos são da turma de 2015 e 3 são da turma de 2016. Responderam “indiferente” um total de 16 alunos, sendo 8 da turma de 2014, 2 alunos da turma de 2015 e 6 discente são da turma de 2016.

Dentre os respondentes, 8 discentes responderam que foi “bom”, do quais 2 são turma de 2014, 2 são da turma de 2015 e 8 discentes da turma de 2016. Nessa questão, 02 alunos relataram como “muito bom”, sendo ambos da turma de 2015.

Assim, é possível constatar que do total dos entrevistados, 19,6% consideram “ruim”, 29,4% consideram “muito ruim”, 31,4% consideram “indiferente”. Em parte, 15,7% consideraram “bom” e 3,9% consideram “muito bom”, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 – Avaliação do nível de discussão do CPC 00 em sala de aula durante o curso de graduação.

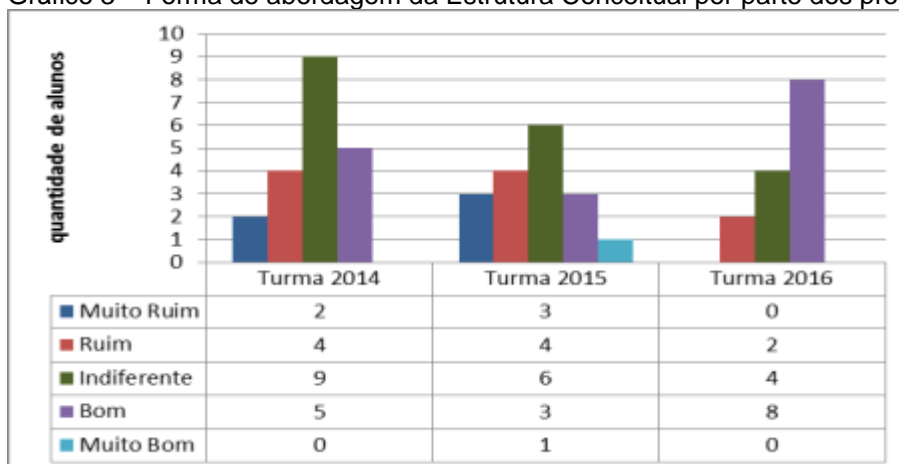


Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

O questionário continha à pergunta: “A Como foi à forma de abordagem da Estrutura Conceitual Básica por parte dos professores?”. Nesse quesito, um total de alunos, 5 afirmaram que foi “muito ruim”, sendo 02 discentes da turma de 2014 e 3 da turma de 2015. Descreveram como

“muito ruim” um total de 10 alunos, sendo 4 da turma de 2014, 2 da turma de 2015 e 2 discentes da turma de 2016. O Resultado está apresentado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Forma de abordagem da Estrutura Conceitual por parte dos professores



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Descreveram como “indiferente” um total de 19 alunos, sendo 9 da turma de 2014, 6 alunos da turma de 2015 e 4 discentes da turma de 2016. Nesse quesito 16 alunos descreveram como “bom”, sendo 5 discentes da turma de 2014, 3 alunos da turma de 2015 e 8 discentes da turma de 2016. Apenas 1 aluno da turma de 2015 considerou “muito bom”.

Desse modo, pode-se afirmar que do total da amostra, 9,8% descreveram como “muito ruim”, 19,6% consideram “ruim”, 37,3% dos entrevistados responderam “indiferente”, em parte 31,4% consideram “bom” e 1,9% descrevem como “muito bom”.

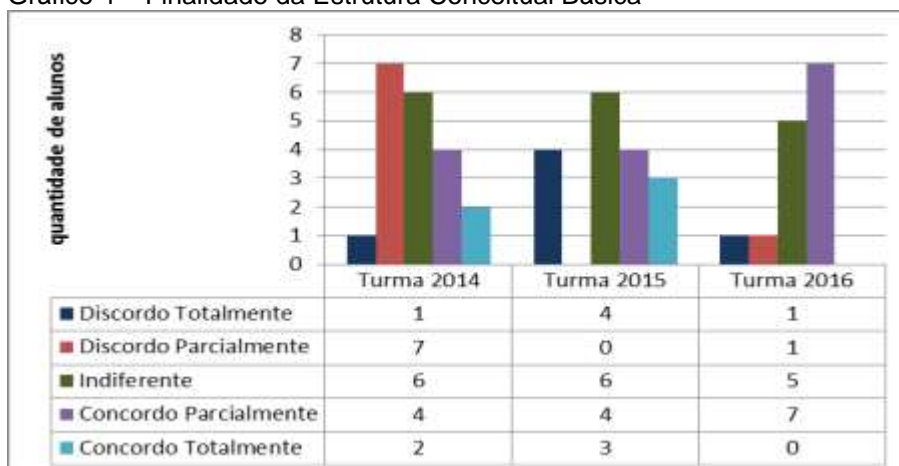
4.3 Informações Referentes ao Conteúdo da Estrutura Conceitual Básica

Nesse Bloco foram apresentadas afirmações aos acadêmicos, do qual o discente teria que marcar em uma escala que variasse de 1 a 5, onde 1 significa – Discordo Totalmente ; 2 – Discordo Parcialmente; 3 – Indiferente ; 4 – Concordo Parcialmente e 5 – Concordo Totalmente.

O questionário trazia a seguinte afirmação: “dar suporte aos órgãos internacionais é uma das finalidades da Estrutura Conceitual Básica”. Conforme CPC 00, uma das finalidades da estrutura conceitual básica é “dar suporte aos órgãos nacionais”.

Observa-se no gráfico que apenas 5% dos alunos da turma de 2014 acertaram com convicção. Na turma de 2015 acertaram 23,53% dos alunos e na turma de 2016 acertaram 7,14% dos discentes respondentes. O gráfico 4 demonstra esse o resultado.

Gráfico 4 – Finalidade da Estrutura Conceitual Básica



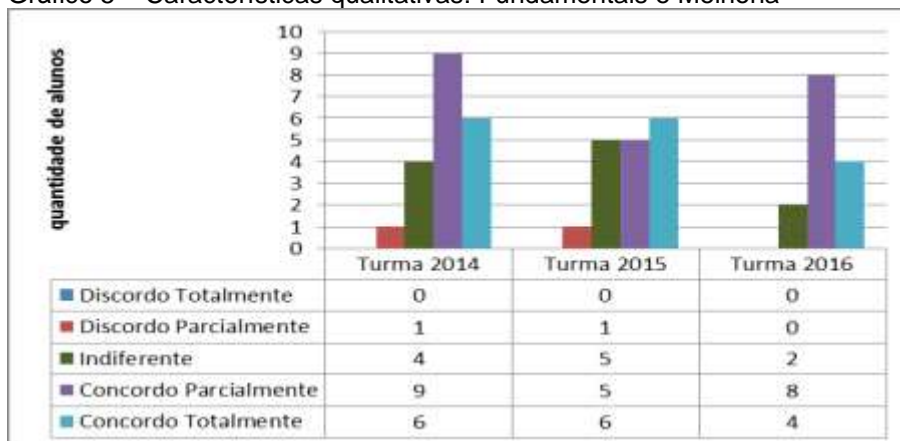
Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

O gráfico 5 apresenta o resultado da seguinte afirmação: “Conforme Estrutura Conceitual Básica, as características qualitativas da informação Contábil-Financeira Útil são Fundamentais e Melhorias”.

Pode-se observar que 30% dos alunos da turma de 2014, 35,29% dos discentes de 2015 e 28,27% dos alunos de 2016 concordam totalmente com essa afirmação e de fato as características qualitativas da informação Contábil-Financeira Útil são Fundamentais e Melhorias.

Do total de respondentes, 43,14% assinalaram que concordam parcialmente com esse quesito. Responderam como indiferente, 21,57% dos entrevistados e 3,92% marcaram indiferente nessa situação imposta no questionário. O Gráfico 5 retrata os resultados obtidos.

Gráfico 5 – Características qualitativas: Fundamentais e Melhorias



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

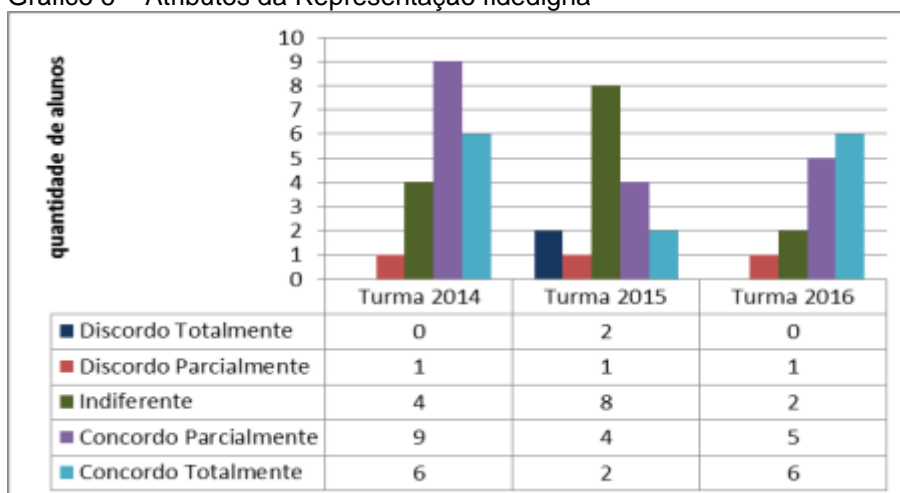
Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Foi abordada a seguinte afirmativa: “Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno Relevante, mas tem também que representar com Fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser Representação Perfeitamente Fidedigna, a realidade retratada precisa ter dois atributos: Valor Preditivo e Valor Confirmatório”.

De acordo com a Estrutura Conceitual Básica para ser Representação Fidedigna a mesma deve conter três atributos: ser completa, neutra e livre de erro. O valor preditivo e valor confirmatório são atributos da característica qualitativa da Relevância.

Observa-se no gráfico 6 que somente 2 alunos da turma de 2015 acertaram essa questão, representando apenas 3,92% do total de alunos. Discordaram parcialmente 5,88% dos respondentes. Concordaram parcialmente 35,29%. Concordam totalmente 27,45% dos alunos, e 9,80% marcaram “indiferente”.

Gráfico 6 – Atributos da Representação fidedigna



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Conforme objetivos específicos da Resolução Nº 117, de 29 de Março de 2017 do CONSEPE “Preparar profissionais para a verificação da fidedignidade das informações contidas nos relatórios contábeis, por meio das análises, interpretações, perícias e auditorias (internas ou externas às organizações)”. Pode-se afirmar que apenas uma minoria de discentes da UNIFESSPA tem conhecimento acerca desse conceito.

No questionário havia a seguinte afirmação: “A Estrutura Conceitual Básica conceitua Ativo como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade”. Essa afirmativa está correta. Pode-se observar na tabela 4 que 72,55% do total de alunos concordam totalmente com essa afirmação. Concordam parcialmente 11,76% dos entrevistados e discordam parcialmente 5,88% dos alunos, já 9,80% marcaram “indiferente”.

Foi apresentado o conceito de Passivo descrito assim: “conforme CPC 00, Passivo é a parte do patrimônio que identifica a origem dos recursos aplicados. As contas representam os recursos de terceiros que foram utilizados e são classificadas conforme grau de exigibilidade”.

Conforme CPC 00: “Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”. A tabela 4 apresenta o resultado da pesquisa referente ao conceito de ativo e passivo.

Tabela 4 – Conceito de Ativo e Passivo

Conceito	Escala	Turmas			TOTAL
		2014	2015	2016	
ATIVO	Discordo Totalmente %	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%
	Discordo Parcialmente %	2 10%	1 5,88%	0 0%	3 5,88%
	Indiferente %	1 5%	2 11,76%	2 14,29%	5 9,80%
	Concordo Parcialmente %	3 15%	0 0%	3 21,43%	6 11,76%
	Concordo Totalmente %	14 70%	14 82,35%	9 64,29%	37 72,55%
PASSIVO	Discordo Totalmente %	1 5%	1 5,88%	0 0%	2 3,92%
	Discordo Parcialmente %	2 10%	2 11,76%	0 0%	4 7,84%
	Indiferente %	1 5%	1 5,88%	0 0%	2 3,92%
	Concordo Parcialmente %	5 25%	4 23,53%	8 57,14%	14 27,45%
	Concordo Totalmente %	11 55%	9 52,94%	6 42,86%	26 50,98%
TOTAL		20 39,22%	17 33,33%	14 27,45%	51 100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

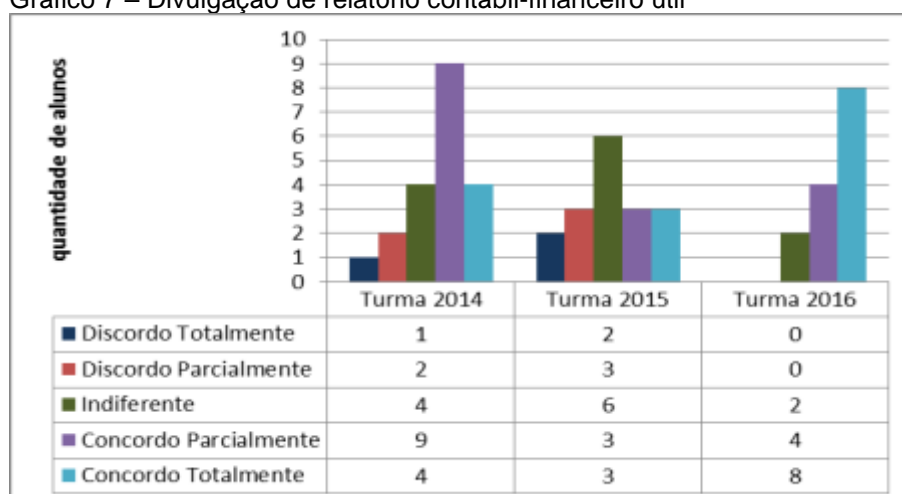
Com base nas informações acima, nota-se que 72,55% dos entrevistados tem total conhecimento sobre o conceito de ativo, porém, 50,98% dos discentes entrevistados não sabem o conceito de passivo como descreve a Estrutura Conceitual Básica.

Foi apresentada aos alunos a seguinte afirmação: “A Divulgação de relatório contábil-financeiro útil é o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado”.

Conforme CPC 00 “Mensuração é o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado”.

Dentre os discentes, apenas 5,9% dos participantes da pesquisa acertaram, discordando totalmente, enquanto que, 9,8% discordaram parcialmente. Assinalaram como “indiferente” 23,5% dos discentes, 31,4% concordaram parcialmente com essa afirmação e 29,4% concordaram totalmente.

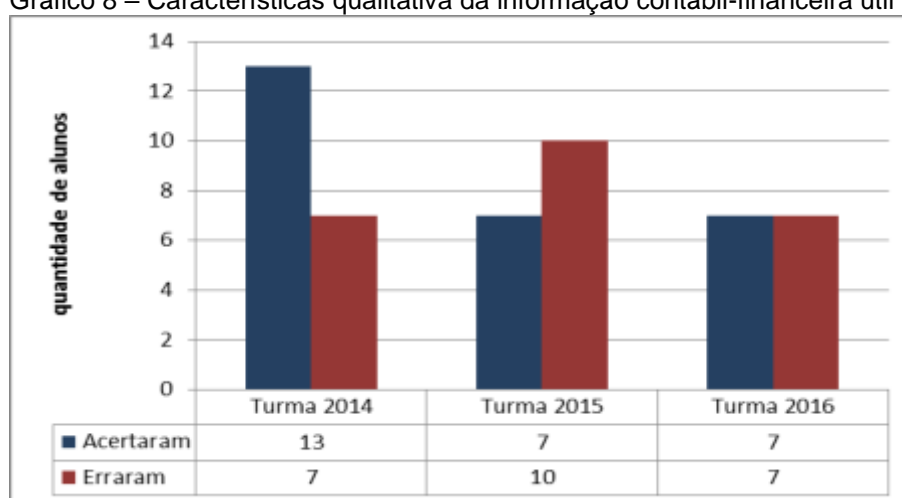
Gráfico 7 – Divulgação de relatório contábil-financeiro útil



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Foi abordada a seguinte questão: “Conforme CPC 00 marque a alternativa que apresenta as Características qualitativas da informação contábil-financeira útil: (a) Relevância, Materialidade e Representação Fidedigna; (b) Tempestividade, Materialidade e Relevância; (c) Relevância, Representação Fidedigna e Comparabilidade; (d) Comparabilidade, Continuidade e Tempestividade. Nessa questão o acadêmico deveria assinalar a alternativa correta. O Gráfico 8 demonstra o resultado obtido.

Gráfico 8 – Características qualitativa da informação contábil-financeira útil



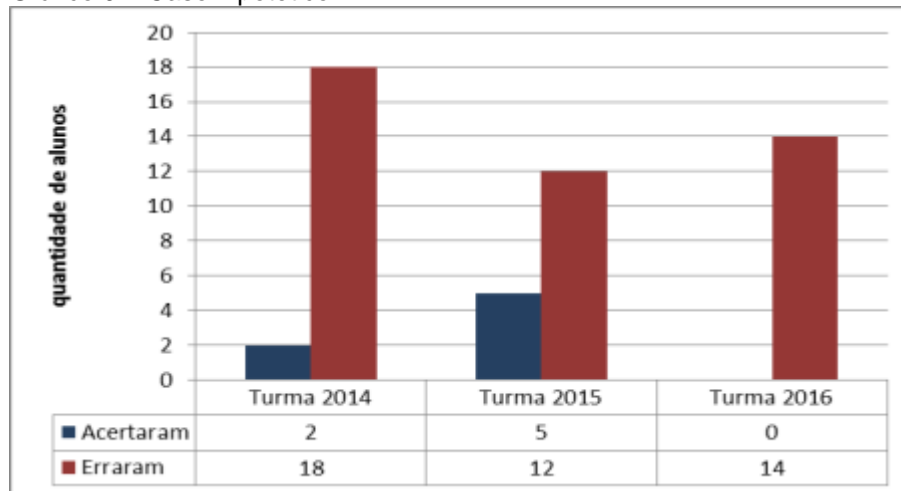
Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Com base no gráfico acima, verifica-se que 65% dos discentes da turma de 2014, 41,18% dos discentes da turma de 2015 e 50% dos discentes da turma de 2016 acertaram a resposta. Do total de entrevistados, 53% tem conhecimento das características qualitativas da informação contábil-financeira útil.

Ainda como quesito, foi proposto o seguinte caso hipotético: “A empresa Alfa está sendo auditada pela empresa de Auditoria Gama Store e ao analisar as demonstrações contábeis da empresa Alfa, os auditores constataram que a empresa não faz a depreciação do seu ativo imobilizado. Com base nessa informação e considerando o que prescreve a Estrutura Conceitual Básica as demonstrações contábeis da empresa Alfa não apresenta a característica da informação contábil da: (a) Competência; (b) Relevância, (c); Compressibilidade e (d) Tempestividade”.

Observa-se que apenas 10% dos discentes da turma de 2014, 29,41% da turma de 2015 acertaram assinalando a alternativa “b”. Já na turma de 2016, nenhum discente acertou a resposta correta. De acordo com os dados obtidos a turma de 2016 foi à única em que os 100% dos respondentes erraram a questão. O Gráfico 9 demonstra o resultado obtido.

Gráfico 9 – Caso hipotético



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Considerando os resultados apresentados nesse gráfico, pode-se afirmar que tal resultado é um reflexo do gráfico 2, que retrata a “Avaliação do nível de discussão do CPC 00 em sala de aula durante o curso de graduação”, onde quase 50% dos discentes consideram entre “ruim” e “muito ruim”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade por ser considerada a linguagem universal dos negócios, tem como objetivo gerar informações que sejam relevantes e úteis aos seus usuários, e para isso, é necessário que suas demonstrações contábeis sejam elaboradas e divulgadas conforme Estrutura Conceitual Básica.

Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar o nível de conhecimento dos discentes do curso de ciências contábeis da UNIFESSPA, no que diz respeito à base conceitual do CPC 00. Neste sentido, com base nos resultados obtidos, conclui-se que os discentes respondentes, não possuem o conhecimento adequado sobre o teor deste CPC, e, portanto, a qualidade da informação gerada por esses futuros profissionais pode não ensejar ao nível de excelência que mercado vem exigindo.

Ainda, é importante destacar que 74,51% do total de alunos participantes da pesquisa pretendem continuar trabalhando ou desejam atuar no ramo da contabilidade. Neste sentido, levando-se em consideração que o papel da universidade é preparar futuros profissionais aptos a atender as demandas dos diversos *stakeholders*, recomenda-se uma reflexão acerca da edição da Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis editada pelo CRC em 2017, com vistas a promover os ajustes necessários.

Como fator limitante da pesquisa, pode-se apontar o ‘recorte da amostra’ que poderia se estender às IES da região norte e/ou outros estados brasileiros. No entanto, apesar do direcionamento à Unifesspa, acredita-se que os resultados contribuem para o fortalecimento do conhecimento sobre a temática por parte da comunidade acadêmica de todo o país.

Para futuras pesquisas, sugerem-se estudos referentes ao CPC 00 e/ou demais CPC’s em outras instituições de nível superior da região sul e sudeste do estado que ofertam o curso presencial ou na modalidade à distância (EaD).

REFERÊNCIAS

ALVES, Valdney Oliveira; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 22, n. 56, 2011.. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=257119480003>>. Acesso em: 17 de Nov. 2017.

BRASIL .Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução Nº 117, de 29 de Março de 2017. Disponível em: <https://crca.unifesspa.edu.br/images/ppc/25-Resolucao_n_117_de_29.03.2017_Contabeis.pdf>. Acesso em 17 de Jan. 2018.

_____. NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, de 23 de Setembro de 2016. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. **Diário Oficial da União**, 4 out. 2016. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>> Acesso em: 04 de Abr. 2018.

_____. Lei n. 12.824, de 05 de junho de 2013. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará – UFPA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jun. 2013. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=06/06/2013>> Acesso em: 17 de Jan. 2018.

_____. **Histórico da UNIFESSPA**. Disponível em: < <https://www.unifesspa.edu.br/index.php/inst/historico>> Acesso em 17 de Jan 2018.

CABRAL, Natielli Pereira Santos; ANDRADE, Maria Elisabeth Moreira Carvalho. Ensino de Contabilidade Pública: um estudo no ensino superior no estado de Minas Gerais. **Revista de Contabilidade da Ufba**, Salvador, v. 13, n. 1, p.63-83, abr. 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/Igo%20Leite/Downloads/27705-104264-1-PB.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019.

CELLA, Gilson; MIRANDA RODRIGUES, Jomar; KATSUMI NIYAMA, Jorge. Contabilidade Internacional-análise dos periódicos internacionais sobre pesquisas em educação contábil face à convergência e globalização. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 8, n. 15, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2011v8n15p177>> Acesso em: 27 de Nov. 2017.

COMISSÃO, DE VALORES MOBILIÁRIOS. Instrução CVM 457, de 13 de julho de 2007. **Dispõe sobre a elaboração e divulgação das**, 2007. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst457.html>>. Acesso em: 25 de Nov. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC, Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00 (R1) – **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 27 de Dez. 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/index.php>> Acesso em: 27 de Dez. 2017.

COSTA, Patrícia de Souza; NUNES, Igor Vieira; MARQUES, Alessandra Vieira Cunha. **Nível de Conhecimento sobre a Estrutura Conceitual Básica: o caso dos Alunos do Curso de Ciências Contábeis de uma Universidade Pública Mineira**. XXXVIII Encontro ANPAD. 2014. Rio de Janeiro/RJ - 13 a 17 de setembro de 2014. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EPQ147.pdf>. Acesso em 17 de Dez. de 2017.

DIACONU, Paul. **Impact Of Globalization On International Accounting Harmonization**. 2007. Disponível em:< https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=958478> Acesso em: 28 de Dez. 2017.

FREIRE, Mac Daves de Moraes *et al.* Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, n. 15, p. 3-22, 2012. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/9cfa5ad8b73496c29d8d298098fd6fc5/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2028712>> . Acesso em 27 de Dez. 2017.

GIL, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GIMENEZ, Levi; OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Contabilidade para Gestores**. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

JESUS, Hellen Santos de. **Contribuições do estudo dos Pronunciamentos Contábeis para o ensino-aprendizado: percepção dos discentes em ciências contábeis da UniRV**. 2016. Monografia. Universidade de Rio Verde – UniRV - Faculdade de Ciências Contábeis. Disponível em: <<http://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES%20DO%20ESTUDO%20DOS%20PRONUNCIAMENTOS%20CONT%C3%81BEIS%20PARA%20O%20ENSINO%20APRENDIZADO%20PERCEP%C3%87%C3%83O%20DOS%20DISCENTES%20EM%20CI%C3%84NCIAS%20CONT%C3%81BEIS%20DA%20UNIRV%20-%20HELLEN%20SANTOS%20DE%20JESUS.pdf>>. Acesso em: 01 Dez.2017.

JUNIOR, Severino Domingos da Silva; COSTA, Francisco José. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. **PMKT–Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 15, p. 1-16, 2014. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhosPDF/1012.pdf>> Acesso em: 22 de Jan.2018.

KUHN, Jaqueline; MACHADO, Lúcio Souza; MACHADO, Michele Rílany Rodrigues. Conhecimento dos Docentes de Contabilidade sobre as Normas Internacionais. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 6, n. 1, p. 28-42, jan.-abr. 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/31560>> Acesso em: 14 de nov.2017. LAGIOA, Umbelina Cravo Teixeira. **Pronunciamentos Contábeis na prática**. 1. ed. São Paulo. Atlas, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 11. ed. São Paulo. Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIS, Josediton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. 1.ed. São Paulo. Atlas,2014.

Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 10 de 16 de dezembro de 2004. Institui as diretrizes curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf> Acesso em: 18 de Nov. 2017.

OECD (2017), **Education at a Glance 2017: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2017-en>> Acesso em: 27 de Nov. 2017.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG)**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23112001-150126/en.php>> Acesso em: 29 de Dez. de 2017.

OLIVEIRA, Francisco Daênio Casimiro de *et al.* **Características Qualitativas da Informação Contábil: Um Estudo da Percepção dos Concludentes do Curso de Ciências Contábeis da**

UFCG. REVISTA REUNIR, v. 4, n. 2, p. 96-112, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/216>> Acesso em 22 de Nov. de 2017.

OLIVEIRA, Pedro Gustavo de. **Contabilidade Tributária**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PEREIRA, Daiane Aparecida. **A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NA ERA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIII, Nº. 000043, 12/11/2013. Disponível em: <<http://semanaacademica.org.br/artigo/evolucao-da-contabilidade-na-era-da-tecnologia-da-informacao>>. Acesso em: 25 de Nov. 2017.

PEREIRA, Ednei Moraes. **Avaliação do nível de conhecimento dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB: uma análise nas instituições de ensino do Distrito Federal**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília-DF. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/8699>>. Acesso em 22 de Nov. de 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Aliane Oliveira; CARNEIRO, Alexandre de Freitas; SANTANA, Alex Fabiano Bertollo. **Percepção e Grau de Conhecimento de Graduandos em Ciências Contábeis sobre Ativo Intangível (CPC 04) e Estrutura Conceitual Básica (CPC 00)**. Instituto de Contabilidade do Brasil, 2009. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40160646/Artigo_2015_Congresso_TOC_CPC_04_e_00.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1524615262&Signature=KaAwK6enk8uAVse%2BvtTUb1s%2BDOA%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DPercepcao_e_Grau_de_Conhecimento_de_Grad.pdf> Acesso em 18 de Nov. de 2017.

SOUZA, Angela Maria Andrade Marinho de;. As Instituições de Ensino Superior no Brasil: desafios e perspectivas para os gestores do século XXI-fundamentos em Pedro Demo e Pierre Bourdieu. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/3193/319327514003/>>. Acesso em: 29 de Dez. de 2017.

VOLNEI, César *et al.* A evolução da contabilidade e seus objetivos. **Artigo On Line. ULBRA**, 2007. Disponível em: < http://let.aedb.br/seget/artigos07/1401_Artigo%20Seget.pdf>. Acesso em: 27 de maio. 2019.